Os Nomes do Trabalho

CARLOS RODRIGUES BRANDÃO

para Margarida Maria Moura

Este estudo é um segundo relatório de uma pesquisa sobre estruturas e situações de reprodução do saber entre camponeses tradicionais do Estado de São Paulo. O primeiro, *O Trabalho de Saber*, foi um relatório sobre a cultura camponesa e a escola rural.

Entre fevereiro de 1983 e fevereiro de 1986 estive seguidas vezes na região do Alto Paraíba, realizando a pesquisa de campo. Ela concentrou-se no município de São Luís do Paraitinga e, especialmente, no distrito de Catuçaba, antigo Patrimônio de São Pedro da Catuçaba e em seus bairros rurais circunvizinhos: Rio Claro, Chapéu Grande, Pinga, Oriente, Paineira, Bairrinho e Cachoeirinha. Não é difícil localizar a região. Para quem em Taubaté começa a descer pela Via Oswaldo Cruz em direção a Ubatuba, no Litoral Norte de São Paulo, São Luis do Paraitinga é a única cidade nos quase 100 kms que separam as duas cidades que constituem, juntamente com Aparecida do Norte, o limite urbano de referência da maioria dos moradores da região de Catuçaba e para onde inúmeras de suas famílias já se mudaram.

Catorze quilômetros de uma estrada precária ao lado do Ribeirão do Chapéu separam a rodovia do povoado de Catuçaba, encravado entre morros de criatório de gado leiteiro, lavouras de milho e feijão e as grandes reservas florestais da Serra do Mar. As terras da região da pesquisa fazem fronteira também com o município de Cunha, conhecido de muitos de nós por causa dos estudos de Emílio Williams e Robert Shirley.

Minha pesquisa contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, e do In-

ternational Development Research Centre — IDRC, do Canadá, a quem agradeço. Agradeço igualmente a Sérgio Carrara, companheiro do começo da pesquisa.

Os termos e nomes com que são chamadas e se auto-definem as pessoas de Catuçaba, direta ou indiretamene envolvidas nas relações da produção agro-pastoril local, provêm de várias fontes. Classificam sujeitos — mais os homens, menos as mulheres — de acordo com diferentes formas de participação no trabalho e, finalmente, não só são duradouros, para o caso de muitas pessoas, como costumam ser associados para significarem, de modo completo, quem é cada uma delas.

Alguns nomes, empregados por instituições ou pessoas "de fora", não são conhecidos, não são usados com freqüência, ou são francamente evitados pelos "do lugar". Outros representam incorporações recentes ao sistema local de nominação e, finalmente, a maior parte dos que emprego aqui são considerados como antigos e costumeiros.

Como regra geral, uma pessoa de Catuçaba apresenta-se a um novo amigo, a um pesquisador insistente, ou às autoridades do INCRA, usando um qualificador profissional único que subordina todos os outros: *lavrador*, ou *criador*, são dois exemplos comuns. Mas qualquer pessoa da *roça* ou da vila sabe combinar a seqüência completa das palavras que dizem quem ela é, pelo que faz: a) de acordo com a relação de posse ou uso da terra; b) de acordo com o modo de participação nos sistemas locais de produção agrícola ou pastoril; c) de acordo com a sua atividade preferencial de produção; d) de acordo com a relação entre o trabalho e a residência; e) de acordo com sua origem por nascimento ou procedência antecedente.

I. *Caiçaras, Caipiras, Sertanejos*

Pesquisadores pioneiros e atuais do Vale do Paraíba usam, tanto quanto as pessoas letradas das cidades, os nomes *caipira* e *caiçara* para designar os tipos polares de produtores pobres de cultura, de uma região cujos limites poderiam ser vagamente localizados entre Paraty e São Sebastião, no Litoral, e entre as áreas reconhecidas como mais tradicionais ao longo do Vale do Paraíba, em São Paulo. *Caiçara* é o pescador-lavrador do Litoral e *caipira* o lavrador-caçador do Vale. É com referência a estes dois povoadores pobres e iletrados

dos sertões antigos da *serra* e do *mar*, que até hoje se fala em uma "*cultura* caiçara" e uma "cultura caipira"[1].

Mas, entre eles próprios há uma oposição fundamental. Os pescadores e/ou lavradores do Litoral Norte de São Paulo, até hoje, se auto-nominam como *caiçaras*, com ênfases de orgulho, na mesma medida em que os camponeses dos bairros "de cima" evitam para si próprios e palavra *caipira* e a reservam ao "outro": o lavrador "ignorante" do passado, ou o lavrador "roceiro" do presente.

---

1 "Como a terra aqui é abundante e toca a todos, esses homens, a quem se chama no lugar *caipiras* cultivam a ferro e fogo o torrão que possuem e plantam milho, feijão e arroz. Colhido o seu produto, levam-no ao mercado onde o vendem para comprar a roupa que lhes é necessária". A citação é de Augusto Emilio Zaluar, em *Peregrinação pela Província de São Paulo.* Entre 1860 e 1861 ele viajou pelo Vale do Paraíba e, ao passar por São José do Paraíba, hoje São José dos Campos, descreveu lavradores *caipiras*, desde então produtores de excedentes para mercado (Zaluar, 1975: 108). Outros viajantes estrangeiros fazem menção a *caboclos* e *caipiras*, como o homem livre e pobre típico dos sertões da Província de São Paulo.
Em *Os Parceiros do Rio Bonito* é com o mesmo nome, *caipira*, que Antônio Cândido trata a população dos *bairros*, sitiantes pobres. No capítulo 5 ele delimita uma ampla área de povoamento e *cultura caipira*: "Um lençol de cultura caipira, com variações locais, que abrangia partes das capitanias de Minas, Goiás e mesmo Mato Grosso. Cultura ligada a formas de sociabilidade e de subsistência que se apoiavam, por assim dizer, em soluções mínimas, apenas suficientes para manter a vida dos indivíduos e a coesão dos bairros" (Cândido, 1971: 79). Este é um dos raros estudos em que o "tipo caipira", tido como característico de São Paulo, é estendido a outros estados do país. José de Souza Martins localiza no processo de redefinação de valores de cultura, subordinados à concentração do poder e do capital na cidade, e constituidores de um modelo urbano de *ser*, o momento da ênfase de uma percepção desqualificada do caipira paulista.
"A afirmação da existência urbana, ainda que anômica, exprimiu-se culturalmente na construção de estereótipos, alguns negativos, do homem rural. A figura do caipira tem reafirmadas e atualizadas, nessa fase, as suas conotações fundamentais: ingênuo, preguiçoso, desnutrido, doente, maltrapilho, rústico, desambicioso, etc." (Martins, 1975: 4).
Maria Sylvia de Carvalho Franco constitui a pessoa do *caipira* como um dos sujeitos básicos de seu estudo sobre a ordem das trocas entre os homens livres do Vale do Paraíba, na sociedade escravocrata. É neste sentido que ela usa expressões como *bairro caipira* ("não é o bairro caipira completo que se desloca em busca de melhores condições de subsistência"); *comunidades caipiras* ("Em certa medida, isto é, acentuando-se o isolamento e a auto-suficiência dos bairros, as comunidades caipiras podem ser pensadas como uma realidade autônoma"); *grupos caipiras* ("Com isto em mente, ganham relevo os traços dos grupos caipiras que refletem sua abertura para a sociedade mais ampla") e, finalmente, *mundo caipira* ("Basta lembrar que o soldado, o padre, a

> *Caipira* aqui pra nós é uma pessoa muito atrasada desses sertões, que não tem conhecimento de nada; então chama ele de *caipira*. Ainda usa *caipira* e qualquer coisa ele sai pra ignorância, né? Ele não sabe tratar o senhor, então ele trata com caipirismo. E não quer dizer que ele seja ruim não. É *caipira* mesmo e isso pra nós aqui é o *caipira*.
> (lavrador aposentado, morador em Catuçaba)

Entre todos os outros nomes, *caipira* é um desqualificador e, neste sentido, associa-se a *roceiro*, menos pejorativo, mas que, igualmente, deprecia o ser *rural*. Se, entre os descendentes locais dos desbravadores paulistas do Alto Paraíba, alguém, entre risos, aceita dizer num bar: "aqui nós somos todos caipiras", no momento do sério ninguém se reconhece como tal e, dito para o outro, face-a-face, o termo ofende. A palavra refere-se a um tempo, a um passado em que todas as pessoas viviam onde "havia mais sertão" e eram, por condições derivadas de um modo de vida caracterizado pelo isolamento e o "atraso", tidas como "ignorantes" e "rústicas". Por isso, ao contrário dos outros, *caipira* não designa o sujeito pelo que ele é, mas pelo que lhe falta e não acentua, como *lavrador*, a condição da pessoa que se define pelo que faz.

---

autoridade pública estiveram sempre referidos a instituições alheias ao mundo caipira") (Franco 1983: 21 a 32). Para outras referências à pessoa, à cultura e às relações entre o caipira e outros sujeitos sociais, ver: *Sertão e Bairro Rural*, de Lia Fukui (1979); *O Campesinato Brasileiro e Bairros Rurais Paulistas*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973); e *Caipiras de São Paulo*, de Carlos Rodrigues Brandão (1983).

No caso específico do Alto Paraíba, quando, em 1945, Emilio Willems pesquisa o município vizinho de Cunha, refere-se ao *caipira* como, principalmente, o sitiante pobre dos bairros rurais e associa a ele uma "cultura *caipira* de Cunha" (Willems, 1948:6). Ao pesquisar a mesma região quase vinte anos mais tarde, Robert Shirley preserva ainda o termo *caipira* e, tal como Willems, descreve a trama de relações sociais e simbólicas dos sitiantes dos bairros do município como uma *cultura caipira* que, tal como José de Souza Martins, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Antônio Cândido, trata de compreender e resgatar.

"Caipira é uma palavra usada em São Paulo para se referir aos agricultores camponeses do Estado. A palavra, de acordo com um dicionário brasileiro (Souza, 1939:68) significa 'um homem ou uma mulher que não mora em uma povoação, que não tem educação ou distinções sociais e que não sabe se vestir ou se apresentar em público'. Esta definição, em si mesma, revela a extensão da grande lacuna social entre os escritores urbanos e os camponeses, pois, de fato, o caipira tem uma cultura distintiva e elaborada, rica em seus próprios valores, organizações e tradições". (Shirley, 1977:57).

Próximo a *caipira*, *sertanejo* refere-se a um lugar: o *sertão* de antes e de agora. É a palavra que se usa para quem "mora no sertão" e que, mesmo quando "atrasado" por habitar os ermos da serra, não é o tipo bronco que caracteriza o ser *caipira*.

> *Sertanejo* são pessoas que mora no sertão. Porque um qualquer pode mexer com lavoura e morar na cidade: aquilo ali não é sertão. Sertão é quem mora no Palmital, naqueles cantão: lá é sertanejo.
> (lavrador arrendatário, morador em Catuçaba).

Lugar e pessoa se misturam: primeiro "sertão" é quem mora no Palmital, depois, um "lá", no sertão, é "sertanejo". Se, como um suposto tipo cultural o *sertanejo* é definido como um trabalhador rural submetido aos efeitos do isolamento — por isso o *roceiro* é mais próximo do *caipira* — de outro lado ele pode ser qualquer categoria de pessoa, desde que viva a sua vida no *sertão* e aprenda a ser "de lá".

> *Sertanejo* são os *roceiros* mesmo. Aqueles sertões de Cunha, quem mora lá é sertanejo. Ele pode até ser um professor, mas ele mora lá: é sertanejo. E o sertanejo tem que ser criado no sertão e não quem nasce aqui e vai pra lá. Agora, ele pode ter ido em escola, tudo. Mas se ele foi criado lá, ele é sertanejo. Ele pode até ser escolhido professor de escola, mas se ele foi nascido ou criado no sertão, ele é *sertanejo*.
> (lavrador aposentado, morador em Catuçaba)

> *Sertanejo* é comparação... se nós que moramos no sertão, nós somos *sertanejos*. Tudo a gente que mora no sertão, lá na mata virgem, trata de *sertanejo*.
> (ex-sitiante, pequeno lavrador arrendatário morador no Pinga)

Como em tantas outras áreas rurais do país, não existem termos de localização que oponham, genericamente, os habitantes da *roça* ou do *sertão* aos que vivem na *vila* ou na *cidade*. *Morador* é a palavra que, no sentido mais amplo, indica quem habita um lugar qualquer conhecido: "eu sou morador lá do Sertão do Palmital"; "lá no Chapéu agora ficou tendo pouco morador"; "ele saiu daqui faz tempo, agora é morador em São Luís". A fala do lugar não reconhece, por exemplo, nomes equivalentes a "aldeão" ou "cidadão".

P. Agora, e quem mora aqui em Catuçaba?
R. Quem mora... já é roça. Já é roça, né? Quer dizer, é *caipira* (sorri), roça, né? Tudo é um município só: aqui é tudo "lui-

zense", lá em Cunha é "cunhista"; Lagoinha, "lagoense". (pequeno lavrador arrendatário morador em Catuçaba)

2. *O Lavrador e os Outros*

Mais motivado do que todos os outros, o nome comum que requalifica o trabalhador da terra é *lavrador*. Ao contrário do *caipira*, que habita um modo de ser depreciado, ou do *sertanejo*, que vive ainda em um lugar natural indesejado, o lavrador habita o trabalho que o define: tanto entre as pessoas que falam quanto nos cadastros do INCRA, onde o *lavrador*, também proprietário, se vê refletido como um "dono" e um trabalhador. Este é, portanto, um termo de um amplo sistema de nominação de pessoas através do trabalho que, tendo em uma das extremidades o *camarada*, tem na outra o *negociante*. Procuremos **compreendê-lo.**

Uma parcela de um diálogo com um ex-sitiante ajuda a compreender quem é o *lavrador*.

P. Agora, aqui, o pessoal como o Odilon, que não tem, terra dele mas planta na terra dos outros, como é que se chama?
R. É *lavourista*.
P. Não é *lavrador*?
R. É *lavourista*, *lavrador*, é tudo a mesma coisa.
P. Mas como é que chama mais aqui: *lavourista* ou *lavrador*?
R. É *lavrador*; o senhor pergunta o que um é: "sou *lavrador*".
P. Aqui não usa *Camponês*, não é?
R. Não, aqui ninguém fala *camponês*.

Não é fácil captar este sujeito cuja pessoa profissional é múltipla. Quando preenche o cadastro obrigatório do INCRA para os proprietários rurais, o "dono" em São Luis do Paraitinga enquadra-se em apenas uma das seguintes categorias: *lavrador* ou *empregador IIB*. Todos na região sabem quem é um *lavrador* e reconhecem que ele não precisa e, às vezes, não deve ser um "proprietário", para se enquadrar costumeiramente nesta categoria. Quase ninguém consegue definir o que seja *empregador IIB* e os que se arriscam supõem, com exemplos do lugar, que ele é um proprietário também "patrão".

Lavrador, *lavourista*, antes de mais nada é toda a pessoa que se ocupa e vive *do/com* o trabalho "da lavoura". Em toda a região é aquele que planta, por oposição àquele que cria. Este é o sentido em que o *lavrador*, nome usual, confunde-se com *agricultor*, palavra

aprendida. No interior de uma ampla área montanhosa, dedicada a roças tradicionais de produção de comida caseira e excedentes para o mercado regional e, depois, invadida pela fronteira leste do café, pelo capital e pela pecuária de leite, no sentido mais amplo e com as expressões mais comuns, as pessoas que possuem e/ou trabalham com a terra são *lavradores* ou *lavouristas*, *criadores* ou *pecuaristas*. Lembro o que disse alguns momentos atrás: o *lavrador* atualiza e requalifica termos antigos, hoje evitados: *roceiro* e *caipira*. Seu paralelo é *criador*, invenção dos migrantes mineiros, pensam alguns. *Lavourista* e *pecuarista* são palavras eruditas; nomes que os do lugar aprendem com os agrônomos da "Casa da Lavoura", com veterinários ou com as cooperativas de leite do Vale do Paraíba.

> Aqui, esse negócio que você tava perguntando de *lavrador* e *lavourista*, aqui a pessoa vai fazer uma declaração de qualquer coisa e aí eles perguntam se você é *pecuarista* ou *lavourista*. *Pecuarista* é quem mexe com gado e *lavrador* é quem mexe com lavoura.
> (lavrador aposentado do Bairro do Pinga, morador em Catuçaba)

Algumas diferenças a mais entre uma categoria e outra, de acordo com a lógica de nominação do lugar, incorporam à oposição indicadores de outras dimensões de um mesmo sistema de trocas através do trabalho. Antes de significar aquele que "mexe com lavoura", *lavrador* qualifica aquele que trabalha "na roça" sozinho ou associado à mão de obra do grupo doméstico[2]. O mesmo não acontece, necessariamente, com o *criador*, que se define como o "dono do gado" junto ao qual exerce trabalho direto, ou como o *pecuarista*,

---

2 Muito embora a unidade mais usual dos sítios e mesmo das fazendas, tanto quanto das casas de Catuçaba, seja a família nuclear, prefiro adotar aqui o conceito de grupo doméstico como a unidade local de vida e trabalho camponês: a) vários deles constituídos de famílias nucleares reduzidas, porquanto tem sido freqüente a saída de jovens para as cidades em busca de trocar o *trabalho* pelo *emprego*; b) alguns deles constituídos de uma família nuclear, mais um número entre um e três parentes próximos incorporados à família por falta de condições pessoais de subsistência (um pai velho de um dos cônjuges), ou associados provisoriamente a ela como força de trabalho suplementar (um ou dois irmãos de um dos cônjuges).
"Entende-se, pois, por grupo doméstico o conjunto de indivíduos que vivem na mesma casa e possuem uma economia doméstica comum ... O grupo doméstico é a unidade de residência e é dentro dele que tem lugar a reprodução social de seus membros" (Herédia, 1979:37).

que mais administra o lugar e o trabalho assalariado do *retireiro* a quem paga, do que trabalha regularmente, ele próprio.

Lavradores podem ser *chacareiros* (raros), *sitiantes* — "situantes" —, *arrendatários* ou *meeiros*, *camaradas* ou *diaristas*. Fora *chacareiro*, todos estes são os termos cotidianos das pe soas que, "lidando com a terra", são proprietários, usuários ou trabalhadores "em terra alheia", considerados como entre pobres e remediados. *Criadores* podem ser *sitiantes*, *fazendeiros* ou *arrendatários* de pastagens. Quando *sitiantes*, são sempre donos de propriedades maiores do que a dos sitiantes-lavradores típicos. Quando *fazendeiros* dos bairros ou de Catuçaba, são sempre definidos como proprietários de terras apenas um pouco mais extensas do que as dos sítios. Em um caso ou noutro, *criadores* do lugar não são vistos como "os ricos".

O *sitiante* é o dono da terra onde trabalha com a família; o *arrendatário* é o usuário familiar de terra alheia; o *meeiro*, o usuário familiar dependente; o *camarada* é o trabalhador individual assalariado ou tarefeiro e seus tipos mais comuns em Catuçaba são o lavrador *agregado*, o lavrador *diarista* e o *retireiro* [3].

---

[3] "São João da Cristina é composto de *sítios* e quem tem *sítio* é chamado *sitiante*. *Sitiante* é 'aquele que tem pouca terra', ou seja, o que define os habitantes da área. Aquele que tem muita terra é *fazendeiro*, o que se opõe, portanto, à categoria *sitiante*. Todos os *sitiantes* são *lavradores*, o contrário não é verdadeiro. *Lavrador* é a categoria profissional pela qual se devem identificar nos documentos de cidadão (serviço militar, questionário do INCRA, título eleitoral) pelo fato de desempenhar atividade de tipo rural. Mas o *lavrador* não precisa ser proprietário de terra, *sitiante* sim. Ocasionalmente pode surgir a autodefinição *agricultor*, geralmente corrigida para *sitiante*, que marca o discurso de todos os habitantes da área".

A citação é de Margarida Maria Moura, descrevendo usos de nomes de pessoas profissionais em São João da Cristina, povoado do Sul de Minas Gerais.

O modo como os termos do trabalho são usados entre os camponeses, entre autoridades do passado e de hoje e, finalmente, entre os pesquisadores de uns e outros, provoca algumas confusões. Afirmei poucas páginas atrás que *sitiante* e *lavrador* são nomes usuais, um para o camponês proprietário e, outro, para pessoas diretamente ocupadas com o trabalho "de lavoura", do *sitiante* ao *camarada*. *Agricultor* equivale a *lavrador* e, mais amplo e tido como mais "moderno", pode aplicar-se também a fazendeiros. No entanto, consultando o censo realizado por companhias de ordenanças do exército português em Cunha, no ano de 1983, Robert Shirley lista, entre os licenciados da sede do município, 51 "agricultores". Fora eles, apenas vários entre os 558 "escravos" seriam as pessoas ocupadas com o trabalho rural. Não são recenceados nem "sitiantes" nem "fazendeiros". Uma citação de texto acompanhada de uma nota de rodapé merecem ser citadas aqui. Diz a primeira: "Nesse

Com alguma freqüência — ainda e apesar do forte êxodo rural — *arrendatários*, *meeiros* e/ou *camaradas* são também *moradores*, com suas famílias, nas propriedades cujas terras usam ou onde trabalham. São, então, não apenas *moradores*, como um sitiante ou um fazendeiro podem ser, mas *agregados*, às vezes, *colonos*.

> *Colono* quer dizer que ainda mora na fazenda e *camarada* não precisa morar. Por exemplo, o senhor mora ali e eu vou trabalhar pro senhor: então eu sou *camarada*. Agora, se eu moro na fazenda do senhor eu sou *colono*.
> (lavrador agregado morador em Catuçaba).

P. É mesmo, eu me lembro dele. Ele mora na roça e não quer saber de vir pra Catuçaba.

R. É, ele mora na roça. Ele fica lá só criando porco. O senhor viu a morada dele aquele dia que o senhor foi lá perto da Cachoeirinha [bairro]. Tem uma casa coberta de Brasilit. É lá que ele mora. Lá ele toca essas coi as: plantaiada, porcada, essas coisas que ele mexe.

P. A terra é dele mesmo?

R. Não, ele arrenda e mora lá. Ele também é inteligente, ele tem essas tarimbas lá...

P. O homem que lida com roça que ele mesmo planta, eu já vi falar: *lavrador*, *agricultor*, *camarada*...

---

tempo (1803), quase todo o agricultor livre tinha alguns escravos. Havia 40 ou 50 famílias que possuíam de 10 a 20 escravos cada uma, e um número maior com 1 ou 2 escravos. Estes últimos podiam ser considerados pequenos sitiantes". Diz a segunda: "Os vários termos portugueses para pessoas que faziam a vida da terra serão usados constantemente neste livro. Eles não têm significado muito preciso, mas, de fato, fazem infelizmente algumas distinções importantes. Fazendeiro é o dono de uma empresa, uma grande empresa de agricultura comercial. Sitiante é o dono de um sítio, ou pequena fazenda dirigida, em grande parte, pelo serviço do proprietário e de sua família; o sitiante tem livre acesso a sua propriedade, e difere do lavrador — um trabalhador de fazenda rural — que não tem terra ou não possui terra suficiente para viver. Em Cunha, também é feita a distinção entre o parceiro, que recebe uma parte da safra, e o camarada, que é um trabalhador agrícola pago. Um trabalhador de fazenda é geralmente chamado camarada. Há, contudo, muita variação de uso. Um profissional que possui uma bela fazenda registrou sua ocupação como lavrador nos documentos oficiais" (Shirley, 1977: 42 a 44).

R. É, *camarada* vem a ser a mesma coisa que *empregado*. Caso de eu fazer de *empregado* do Lauro, então eu seria *camarada*. Agora, de modo que eu faço eu sou *lavrador*, porque eu arrendo e faço por conta própria, não é? Agora, no caso de *agricultor*, é porque mexe com produto da agricultura... E *agregado* é no modo como tá meu irmão com o homem lá. Ele é *arrendatário* com contrato e ele mora lá e trabalha lá. Então, nesse sistema é *agregado*.

P. Agora, por exemplo, você que trabalha aqui, você é *arrendatário* do Lauro, mas não é *agregado*...

R. Não, não sou *agregado*. *Agregado* é quem pra plantar a roça ali dentro da terra dele, residindo, pra ser *camarada* dele o dia que ele precisar. Desse modo é *agregado*. Agora, no meu caso é diferente. Eu moro na minha casa em Catuçaba. Eu sou independente.
(lavrador arrendatário, morador em Catuçaba)

Como a lógica do sistema de nominação mistura em uma pessoa termos usuais de sua condição, de acordo com o modo como ele participa do trabalho em todas as dimensões que listei páginas atrás, os nomes em si mesmos não são sempre unívocos e, conforme o caso, podem ser sinônimos, ou opostos. Vimos que *colono*, raro, é equivalente de *agregado*, comum. *Agregados* moradores em terras de um *dono* podem ser apenas empregados a troco de salário: serão então tipos puros de *camarada*. Dedicado à lavoura, um *camarada* é um *lavrador*; dedicado à "lida do gado" é um *retireiro*, freqüente, ou um *boiadeiro*, raro. Ou uma coisa e outra, de acordo com o que faz no momento.

> *Retireiro* é na hora que ele está dentro do retiro aí, tirando leite. Agora, *boiadeiro* é só aquele que luta com boi, como eu às vezes lido aí juntando boi. É *boiadeiro* enquanto tá em cima de um cavalo lidando com boi. Pelo menos naquele momento eu sou *boiadeiro*.
> (lavrador arrendatário, esporadicamente boiadeiro a serviço de pecuaristas).

Mas, como a regra geral é a de que o *agregado camarada* planta "a sua roça" em parcelas da terra onde trabalha, a lógica da regra é definir o *agregado* como uma combinação de trabalhador-usuário: um *camarada arrendatário* ou *meeiro*.

Para os produtores sem terra há diferenças de poder que os nomes revelam entre o *agregado* e o *morador independente*, assim como entre o *arrendatário* e o *meeiro*. É fácil compreender que um *lavrador agregado*, mesmo quando um *arrendatário* do "dono", é quase sempre, também, um *camarada do* "patrão". Ele planta a sua lavoura, de que dá, em regra, 20% ao "dono da terra" e trabalha para o patrão como um assalariado — um *empregado* — ou como um lavrador eventual — "ganha por dia".

Um *arrendatário* não-agregado mora, em geral, em Catuçaba; planta onde quer, ou onde a cada vez consegue a terra "no arrendo". Vende com maior liberdade de escolha, tanto o produto que colhe quanto a sua própria força de trabalho, quando precisa ser, ou quer ser também um *camarada*. O *meeiro* é um parceiro que não consegue ser *arrendatário*. Ele planta "na meia", recebendo do "dono" a terra, alguns insumos e o trabalho de deixá-la pronta para o plantio. Quando colhe, devolve do seu 50% em mercadoria.[4]

> O *arrendatário* é quem arrenda terreno, como o Odilon. Ele paga arrendo pro Lúcio. Agora, a pessoa que não paga arrendo *é meeiro* e *meeiro* é a metade. Por exemplo, chega uma pessoa e o senhor é o *fazendeiro*. E eu moro na fazenda do senhor mas não sou *camarada* seu, não sou seu *lavourista*, não sou *arrendatário*, eu sou *meeiro*: eu faço meia com o senhor. Se eu morar na fazenda do senhor bastante de tempo e quando eu for sair eu não posso cobrar nada do senhor. Eu não era *arrendatário*, eu não era *camarada*: eu era *meeiro*. Porque *meeiro* não tem direito a nada. Tem é *camarada*. Eu não trabalho de meia, porque *meeiro* não tem terra, mas ele tra-

---

4 Assim Antônio Cândido classifica tipos de moradores na região de Bofete de acordo com a natureza da ocupação da propriedade rural:

I. Morador transitório	
1. cultivador nômade	1. ocupação precária
2. agregado	2. ocupação consentida
3. posseiro	3. ocupação de fato
II. Morador Permanente	
1. sitiante	1. propriedade ou arrendamento
2. fazendeiro	2. propriedade

(Cândido, 1971: 60)

Em Catuçaba reconhece-se que houve *posseiros* no passado, os homens do tempo da conquista do *sertão*. Não se reconhece que haja mais, a não ser em casos de exceção e a própria palavra é pouco usada.

balhou. O outro [o dono] não planta mas tem o terreno. Então ele dá o terreno preparado e o outro planta.
(lavrador aposentado, arrendatário esporádico, morador em Catuçaça)

Até aqui, estivemos às voltas com o modo pelo qual as pessoas da região da Catuçaba classificam sujeitos reconhecidos como "do lugar", através da prática econômica de produção agropastoril. Colocados em um mesmo quadro e com os nomes comuns em Catuçaba — os menos usuais estão entre parênteses —, eles poderiam se distribuir da seguinte maneira:

	proprietário rural	usuário da terra	empregado rural
relação de posse, uso e trabalho	*fazendeiro* *sitiante* *dono* *patrão*	*arrendatário* *meeiro*	(empregado) *camarada* *diarista* *retireiro* *(boiadeiro)*
modo de participação no sistema local de produção	*criador* (pecuarista) *lavrador* (lavourista) (agricultor)	*criador* (arrendatário de pastos) *lavrador*	*retireiro* *(boiadeiro)* *lavrador*
relação de residência	*morador* (ausente)	*agregado* (colono) (ausente)	*agregado* (colono) (ausente)
variação de qualificadores	caipira → roceiro → *sertanejo* → *lavrador* + depreciado — depreciado		

3. *"Donos": os de dentro e os de fora*

Penso haver dito em algum lugar que é difícil para o lavrador de Catuçaba delimitar o sítio e a fazenda. Um recurso semântico resolve em parte a questão geométrica. Chácaras, sítios e fazendas — fora as grandes fazendas do passado e de hoje — são denominados, em conjunto, de *terreno* e este é o nome que as pessoas do lugar cotidianamente usam para estabelecer a terra que se possui, aquela que se usa, ou aquela sobre a qual se trabalha. Um *terreno* é, ao mesmo tempo, sinônimo e substituto costumeiro do sítio que

se tem, ou da fração de terra onde se plantou uma "roça de feijão das águas".

> É por quantia. Tem uma certa quantia que o sujeito tem que é *chácara;* bem pouca é *chácara.* E uma quantia a mais é *sítio.* E grande quantia é *fazenda.* Tá entendendo? Sendo pequeno é sítio e grande é fazenda... A do Lauro fica numa média mais ou menos; tanto dá pra considerar *sítio* como *fazenda.* Porque, pegando aí, como é aqui, com 60, 70 alqueires já passa para *fazenda* e *sítio* é aí de 40 alqueires para baixo. E de 50 alqueires pra cima passa a ser *fazenda.* Não tem muitas fazendas grandes. Essa mesma do Teixeira, ali, dá quase 200 alqueires, desde aquela cerca ali pra lá já pertence essa fazenda. E daí vai embora pra esse grotão aí, some. O fundo dele é bastante; a fazenda é grande. E é assim mesmo: quem tem maior quantia de *terreno* é considerado *fazendeiro* e quem tem quantia menor é considerado *sitiante.* E o modo de dividir é esse mesmo.
> (lavrador arrendatário, morador em Catuçaba)

> Pra mim comprar um *terreno* sem vender o meu direitinho, lá, eu não posso. Eu não posso comprar, a gente é fraco, né? Então surge a necessidade de ficar parado ficando lá, fazendo força com a vida para ver se aparece algum jeito de melhorar ou de vender ou até comprar um *terreno* aqui a prazo, pra ter um resultado qualquer.
> (sitiante do Sertão do Palmital)
> Nós era 7 filhos na casa do meu pai e ele tinha um *terreno* e foi casando, desde os mais velhos e foi fazendo casa. Assim encheu o *terreno* do papai de casa, só dos da família. Todos trabalhava e fazia lavoura dentro do *terreno* do papai... Os outros era a mesma coisa. Aqueles homens que não tinha *terreno* já arrumava com fazendeiro; já casava e trabalhava lá.
> (pequeno fazendeiro morador em Catuçaba)

Uma *chácara* é uma porção de terra que apenas com dificuldade sustenta, através do trabalho familiar, a vida do grupo doméstico proprietário. Trazido da cidade, como "chacareiro", o termo tende cada vez mais a ser aplicado ao *terreno* destinado ao lazer de raras pessoas "donas", "de fora". O *sítio* é o lugar do *sitiante,* o lavrador camponês que planta junto com a família, cria um "gadinho", quando a sobra das terras destinadas à lavoura "dão pra um pasto" e, quando necessário, arrenda "terra alheia" e/ou vende a sua força de trabalho. Entre todos os outros, *sitiante,* "situante", é considerado o nome mais antigo e é aquele que se aplicava ao modo de ser do que quase todos eram, no tempo em que "a vida era nos bairros". A fazenda, vimos, é o lugar do criador, mais do que do fazendeiro,

aquele que "cria gado" e "dá arrendo" para que lavradores plantem roças de milho e feijão.

A lógica da fala acompanha a ordem do trabalho. Equivalente ao *fazendeiro* por ser "dono", o *sitiante* dele se afasta por ser raramente um "patrão" e se aproxima de lavradores — arrendatários, meeiros e camaradas: 1.º, por transformar-se, com freqüência, ele próprio, em uma dessas categorias, sendo ainda *sitiante;* 2.º, por ver nelas, também com freqüência, o horizonte familiar, quando vende "o seu terreno" e se transforma em *lavrador, agregado* ou *morador* em Catuçaba; 3.º, por ser definido como o trabalhador direto da lavoura, o produtor familiar de "roças", que, apenas nos raros casos em que pode ou precisa, compra força de trabalho de camaradas diaristas.

Igual ao *sitiante* por ser "dono", o *fazendeiro* é um proprietário que pode ser, e usualmente é, também "patrão". Oscilando entre ser ainda um trabalhador direto — não mais "na lavoura", mas "na lida do gado" — e ser um *criador empregador*, o *fazendeiro* tende a ser cada vez mais percebido como um sujeito que copia modelos dos "donos de fora": separa-se do trabalho de "lidar" e torna-se um administrador da propriedade, deixa de morar na fazenda e vai residir em Catuçaba.

Na realidade, poder separar do trabalho direto, primeiro a esposa e mesmo os filhos e, depois, a si próprio, transitando de trabalhador-proprietário (como o sitiante) a administrador da propriedade, é aquilo que, muito mais do que o tamanho da terra, diferencia o *fazendeiro* do *sitiante* e aproxima um ser "do lugar" do ser "de fora".

É necessário neste momento acrescentar outras pessoas e outras relações entre elas para que, ao se aproximar mais da complexidade que traduz, a lógica do sistema de qualificação de sujeitos em Catuçaba seja mais explicativa.

Conhecidos e freqüentes, os nomes *sitiante* e *fazendeiro* são mais usuais quando aplicados genericamente, ou quando dirigidos a um "outro". É menos comum um pequeno proprietário do Alto Paraíba dizer de si mesmo: "eu sou sitiante pros lados do Rio Acima". Primeiro, se o nome oficial de *sitiante* é *lavrador* e o de *fazendeiro* é empregador IIB, os termos costumeiros para ambos são *lavrador* e *criador*. Mesmo entre eles e para outras pessoas, a fórmula com que se apresentam oculta os nomes e prefere soluções como: "eu tenho um terreno no Pinga, onde eu sou morador"; "eu vivo num terreno meu lá na Ponte Nova"; "eu crio gado na Cachoeirinha". Assim, empregados com diferenças de preferências, de acordo com a situação

em que se fala, expressões que qualificam modalidades de posse, uso ou trabalho, substituem os nomes que indicam a condição da pessoa que fala. Algo semelhante ao que faço quando submeto ser antropólogo ao ser professor e, muitas vezes, prefiro dizer-e-ocultar uma coisa e a outra, respondendo que "trabalho em universidade".[5]

O que estabelece uma aproximação intensa entre todos os tipos de produtores agropastoris da região é o fato de que, sendo considerados "gente do lugar" — mesmo quando vindos "de fora", como os mineiros do Sertão do Palmital ou de Santa Cruz do Rio Abaixo —, são, em conjunto, definidos como diferentes categorias de sujeito *no* trabalho. Como sujeitos que, separados pelo modo como participam *do* trabalho de "mexer com lavoura" ou "lidar com gado", são percebidos como socialmente muito próximos, ainda que economicamente desiguais. "Aqui todo mundo vive mais ou menos do mesmo jeito", é uma frase muito comum entre os bairros e Catuçaba. A ideologia que pensa a diferença através do trabalho reduz a desigualdade sobrepondo à evidência de que muitos trabalham para alguns, a consciência de que, no fim das contas, "todos são parentes": "aqui ninguém é muito rico e também ninguém é muito pobre" (outra expressão bastante usual). Nos giros da Folia do Divino um *fazendeiro branco* obedece às ordens de um *rezador negro e camarada*; nas noites de sábado, *fazendeiros, sitiantes, agregados* e *camaradas* jogam juntos o truco no mesmo bar e, nos forrós, todos dançam com todas, indistintamente.

Participando desigualmente das condições sociais de produção, as pessoas do lugar são percebidas como compartindo — com diferenças que a fala oculta — uma mesma vida. Um modo de ser "do bairro" ou "da vila" equivalente o bastante para afirmar, através da diversidade reduzida do uso dos recursos familiares do coti-

---

5 Observações do caderno de campo de Sérgio Carrara, auxiliar de pesquisa:
"O termo mais usado para se referir à propriedade rural, independentemente do seu tamanho, é *terreno*. Parece não haver ninguém que, em oposição aos outros, queira ser distinguido como 'o fazendeiro fulano', 'o sitiante sicrano'. A palavra *fazendeiro* é usada, freqüentemente, com referência aos antigos proprietários, sempre lembrados por suas maldades e desmandos políticos.
É certo que se permanecermos por mais tempo em campo começamos a perceber uma diferenciação ainda francamente marcada, simbolicamente, entre proprietários pecuaristas de um lado, e pequenos proprietários e trabalhadores sem terra, de outro" (pgs. 17/17v, os grifos são meus).

diano, uma aparente não-desigualdade de destinos.[6] Aquilo que simbolicamente faz ser bastante motivada a idéia de que as oposições reais existem entre as pessoas "do lugar" e aqueles que não apenas chegam "de fora", mas são e continuam sendo "de fora". Ricos e poderosos são os que estão chegando, assim como, no passado, foram aqueles que "vieram", um dia.[7]

Há em Catuçaba um número cada vez maior de fazendeiros que saem com a família: primeiro, da propriedade para a vila e, depois, dela para São Luis do Paraitinga ou uma cidade maior. Quando ainda em Catuçaba, o fazendeiro administra pessoalmente o trabalho "de seu", ou dos seus empregados. Outros "fecham a fazenda"

---

6 Certas alusões minhas a uma aparente indiferenciação social, sem dúvida alguma, maior do que em outras áreas de economia agropastoril de São Paulo, poderiam dar a imagem de que trato uma sociedade de camponeses como uma "cultura de folk". Isto nos termos em que há quase 40 anos atrás Emílio Willems, com base em Robert Redfield, tratou a região de Cunha, ao escrever o primeiro estudo de comunidade no país (1948). Poderia dar, também, a impressão de que o substrato dessa indiferenciação seria uma "cultura da pobreza", nos termos em que, a partir de Oscar Lewis, a expressão foi usada e discutida sem muito proveito na Antropologia norte-americana (Lewis, 1961) ou uma visão de mundo do estilo: "imagem dos bens limitados' (Foster, 1965, Kennedy, 1966). Tais conceitos e o que eles implicam não são importantes aqui.

7 Retorno a Emílio Willems e a Robert Shirley. Em 1945 o primeiro afirma, sobre a estratificação social no município de Cunha, que o "status superior" da população local tende a combinar a atividade política, a profissão de fazendeiro, comerciante e capitalista. Entre os da "classe média" (expressão também não usada no lugar) estariam muitos comerciantes ou "capitalistas", sitiantes, um fazendeiro, empregados, arrendatários, etc. A "classe inferior", apresentada como "absolutamente rural", incorpora, no entanto, profissionais já urbanizados: lavradores arrendatários ou meeiros, trabalhadores braçais em sua imensa maioria, artífices e operários, funcionários subalternos, empregados, pequenos comerciantes e os "não classificados" (Willems, 1948: 29-31). Por volta de 1966, Robert Shirley estabelece as seguintes categorias de "ocupações rurais" entre os chefes de família residentes na sede do município: "Fazendeiros — grandes proprietários; fazendeiros — proprietários médios, viúvas; sitiantes — negociantes, tradicionais, aposentados; lavradores — com propriedade agrícola; lavradores — sem propriedade agrícola".
Trabalhando apenas sobre os tipos de sujeitos rurais, entre todos os que Robert Shirley estuda, é possível distribuir da seguinte maneira as categorias de pessoas em Cunha: "os abastados" — grandes proprietários de terra; "os prósperos" — fazendeiros inferiores; "com meios suficientes" — muitos sitiantes; "trabalhadores" — alguns sitiantes; "os pobres" — a maioria dos lavradores; "os paupérrimos" — muitos lavradores.

ou a arrendam inteira, o que se torna raro de alguns anos para cá. No entanto, qualquer que seja a condição de *uso* das próprias terras, o *dono* continua sendo considerado um *fazendeiro* ("dono de fazenda"), embora já não mais um *criador*, se a mantém fechada ou "no arrendo". Vivendo em Catuçaba ou, no limite, em São Luis; trabalhando diretamente e/ou administrando trabalho alheio; sendo reconhecido ainda como pessoa do lugar, ele será definido próximo de fazendeiros moradores e sitiantes lavradores: dono de terra de trabalho.

Isto significa que, entre sujeitos ao mesmo tempo percebidos como iguais e diferentes, *sitiantes* e *fazendeiros* do lugar são considerados: 1.º, como proprietários familiares em quem a posse, a produção e o trabalho não realizam a riqueza — sujeitos que não enriquecem *agora*, muito embora isto tenha sido possível no passado; 2.º, como sujeitos sociais que não capitalizam e, portanto, não ampliam significativamente as suas condições atuais de produção, ou as suas esferas de poder; 3.º, como patrões eventuais ou rotineiros que mudam para melhor a sua condição de vida *através* do "trabalho dos outros", embora, veremos, camaradas e diaristas consideram que cada vez é mais impraticável seguir trabalhando "por dia" ou "por tarefa", devido aos baixos índices locais do pagamento do trabalho.

Trabalhadores diretos ou não, *sitiantes e fazendeiros* são definidos como produtores familiares, os primeiros, e proprietários familiares, os segundos. A propriedade familiar que, independentemente do seu tamanho e do tipo de sua exploração, não se considera como possibilitando a reprodução de capital, mas apenas e a cada ano em limites mais precários, a reprodução da vida camponesa: a) é definida como sendo o padrão de posse de todos os "daqui"; b) é aquilo que diferencia não apenas um tipo de propriedade, mas um

---

Do ponto de vista da relação entre o poder econômico e o político, Robert Shirley não associa nenhuma pessoa exclusivamente ligada à economia rural à cúpula dos "poderosos", mas muitos fazendeiros estão entre os "influentes", o segundo estrato da elite local. "Fazendeiros menores" estão situados entre os "eleitores independentes" com alguma influência política e legal. Alguns sitiantes, meeiros, "alguns caipiras" e "camponeses" convivem entre os "eleitores dependentes"; do mesmo modo como "muitos caipiras" e "camponeses" distribuem-se entre os "privados de privilégios" e "isolados politicamente" (Shirley, ... 1977:226-229). O sujeito social e político mais influente da história de Cunha foi um mulato chegado da Bahia. Médico, tornou-se fazendeiro e, depois, líder político indiscutido por muitos anos (Shirley, 1977:105).

modo de ser e uma categoria de sujeito social do lugar, oposto aos seus equivalentes de fora: "donos" e/ou "patrões" de terra de lazer e de terra de negócio.[8]

Os proprietários rurais definidos como "de fora" — dentro de uma região agropastoril onde não há, praticamente, trabalhadores rurais forâneos hoje em dia — são compradores de dois tipos aparentemente opostos de *terra*: pequenos sítios e chácaras de lazer (o que é muito mais comum no município de Cunha do que no de São Luís do Paraitinga, embora aquele esteja cerca de 50 kms mais longe de São Paulo do que este); grandes fazendas deixadas sem qualquer

---

8 Insisto sobre este ponto. Mesmo que um "patrão" pecuarista morador em Catuçaba não seja visto "no trabalho", ele não é ainda reconhecido, como acontece com os que moram de São Luis para o vale do Paraíba, como um "homem rico", como um proprietário capaz de gerar ganhos que lhe permitam "ficar rico", ou seja, capitalizar. Lavradores e criadores, os do lugar, são identificados como "donos" do que José de Souza Martins caracteriza como propriedade familiar, por oposição à propriedade capitalista. Isto, mesmo quando, no caso de alguns pecuaristas locais, a exploração da propriedade não se dê mais através do trabalho familiar direto. É importante notar que o nome *capitalista* é comum no Alto Paraíba. Ele designa o agiota discreto; o sujeito, quase sempre fazendeiro e negociante, que não só conseguiu gerar dinheiro com a venda de excedentes agropastoris, mas também gera agora dinheiro através do uso direto do dinheiro. Cito José de Souza Martins:
"A propriedade familiar não é a propriedade de quem explora o trabalho de outros; é a propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é a propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque nesse caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebe lucro. Os seus ganhos são do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos do capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho (......)" (Martins, 1980: 58 e 59).
A oposição estabelecida por José de Souza Martins aplica-se plenamente ao sitiante, o produtor local típico, camponês pleno, ao lado de arrendatários e meeiros, todos eles produtores familiares em terra de posse ou de uso familiar. Aplica-se, no limite, aos fazendeiros criadores, que, apropriando-se continuamente de força de trabalho, trabalham eles próprios e "vivem do trabalho na fazenda". Aplica-se menos a "donos de fazenda" que, mesmo sendo "do lugar", moram permanentemente em Catuçaba e apenas administram a fazenda, ou seja, o trabalho apropriado em sua fazenda. Alguns deles são só fazendeiros, mas outros são comerciantes na vila e são também negociantes regionais. Eles são os homens "mais ricos" do lugar, muito embora, frente aos de fora, não sejam considerados nem como "ricos", nem como *capitalistas*.

tipo de exploração atual, ou reservadas a outros produtos, de que o mais reconhecido em Catuçaba é o Eucalipto. visto por muitos como "o destino" da produção local no futuro.

Dificilmente um *comprador* "de fora", proprietário de um sítio onde põe gramado e placa na porteira, será qualificado como um *sitiante*. Ele será "dono de sítio", melhor ainda, "dono de *um* sítio" e a expressão terá um sentido diferente da que possui quando um camponês de Catuçaba diz a mesma coisa a seu respeito. Será "dono" de uma terra que as pessoas "ricas", ou "bem de vida", podem comprar para descansarem da cidade, "na roça".

Há um número crescente de fazendas "de porteira fechada" no Alto Paraíba. As razões opostas para que assim aconteça ajudam a compreender como são nominados os seus donos. Pequenos e médios fazendeiros "fecham a fazenda" ou "dão de arrendo", porque dizem que não *podem* mais seguir explorando as suas propriedades. Grandes e médios proprietários individuais ou coletivos "de fora" mantêm a fazenda sem uso, porque não *precisam* explorá-la, deixando, então, que a terra seja seu próprio produto e a valorização a sua mercadoria.

Visto no trabalho direto da "lida com gado", o *fazendeiro* é um *criador* próximo ao *sitiante, lavrador.* Visto como um administrador de trabalho alheio em sua propriedade, o *fazendeiro* do lugar é um *criador* a meio caminho entre o *sitiante* e o "dono de fazenda", "grande criador", "fazendeirão" (expressão muito comum). Uma diferença semelhante, na verdade, não é recente. Ainda que se entenda que o Alto Paraíba é um lugar entre o *sertão* e o *sítio*, a memória do camponês lembra que sempre houve fazendas e grandes fazendeiros: ricos, poderosos e donos de escravos. Como castelos de taipa entre aldeias de pau-a-pique, os nomes das grandes fazendas do passado dividem com os dos bairros rurais os lugares nominados pelo trabalho do homem. A diferença está em que, vistos na esteira do tempo, os grandes fazendeiros da região eram, como os sitiantes, a "gente do lugar", enquanto agora a distância da residência separa tanto uns dos outros, quanto as distâncias de classe e poder.

Por isso, entre outros fatores de classificação, a lógica dos nomes leva em conta a convivência e o que ela produz. *Fazendeiros criadores* de Catuçaba e dos bairros do Alto Paraíba convivem com *sitiantes, agregados* e *camaradas.* As relações entre cada par de categorias é diferente, mas sempre entendida como algo que se vive entre próximos, quando não, entre iguais. *Fazendeiros* locais podem com-

prar o trabalho e se constituírem como *patrões*, sem possuírem, no entanto, o poder que transforma o *patrão* no *senhor*: o "grande fazendeiro" do passado, ou o "fazendeirão" de hoje.[9]

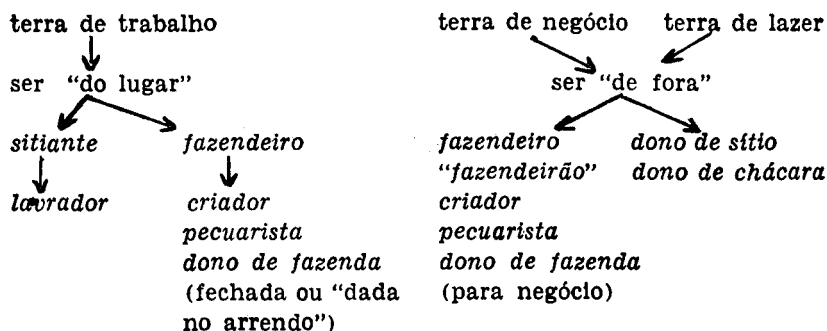
Simbolicamente, um *sitiante* ou pequeno *fazendeiro* que convoca *companheiros* de igual condição, *agregados* e *camaradas* a um *mutirão* de "limpa do feijão" ou de "bateção de pasto", é o *patrão* de todos os outros. A fala das muitas brincadeiras entre eles o constitui assim, do mesmo modo como os cantorios de brão dos que chegam:

Tô fazendo a minha chegada
Com prazer e alegria,
Tô chegando e vou saudando
O *patrão* e sua família
(quadra de *brão* em um mutirão de Santa Cruz do Rio Abaixo)

Ainda que em outras esferas as relações do trabalho oponham condições e interesses de fazendeiros e camaradas, no eito de um mutirão é difícil, aos olhos e à fala, separar uns dos outros entre homens vestidos com roupas iguais, tomando pinga de um mesmo copo, tratando-se de "cumpadre" e subindo morro acima numa mesma "linha", a golpes de iguais "penados", a foice do lugar.

Assim, reunindo fatores como os supostos poder e riqueza de uma pessoa, o destino atribuído à propriedade e a sua relação de residência (ser "do lugar", ser "de fora" e vir viver "no lugar", ser "de fora" e viver "fora"), os "donos de terra" da região do Alto Paraíba ampliam o esquema de categorias de sujeitos sociais do quadro da página 118, que será, por sua vez, redesenhado mais adiante.

---

9 Em todo o Alto Paraíba o poder está associado à terra e o domínio sobre os outros, ao possuir muita terra e poder gerar sobre ela: riqueza, apropriação de trabalho alheio e legitimidade política. Tal como no passado, políticos são fazendeiros e, fora casos de exceção, políticos "importantes" são fazendeiros "ricos". A posse do poder em âmbito regional é percebida como concentrada nos fazendeiros locais residentes em São Luís do Paraitinga. Portanto, nem nos de Catuçaba — que, no entanto, sempre apresenta e elege vereadores entre os seus proprietários rurais —, nem nos plenamente "de fora", vistos como sujeitos que possuem interesses econômicos na região sem possuírem interesse político visível sobre o município. A respeito das relações de poder e subordinação entre categorias de sujeitos rurais no passado do Vale do Paraíba, consultar *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1983), especialmente os capítulos 2 e 3.

É evidente que, tal como enunciadas aqui, as expressões *terra de trabalho, terra de negócio e terra de lazer*, não são usadas pelas pessoas do Alto Paraíba. Mas as suas diferenças são conhecidas de todos, com detalhes. *Terreno* define, basicamente, a terra de trabalho, do pequeno sítio até a pequena fazenda de criação, considerada ainda como uma propriedade familiar. *Chácara* e *fazenda*, muito mais que *sítio*, são nomes indicativos, com preferência, da propriedade de "gente de fora"', compradores de "negócio" ou lazer. Uma vez mais, mais do que o trabalho — ainda que o tamanho ajude a definir o destino —, o que distingue a qualidade e, portanto, o nome de cada tipo de propriedade, é a origem do possuidor e o uso atual dado à posse.[10]

---

10 O local relacionado como endereço para envio de correspondência do INCRA não é um indicador fiel do lugar onde, de fato, o dono da propriedade reside. Assim, muitos sitiantes moradores em bairros preferem escrever o endereço da própria Prefeitura de São Luis do Paraitinga e irem lá buscar os documentos enviados. De qualquer modo, uma estatística de endereços mencionados pela quase metade dos proprietários rurais do município serviria a definir o desenho do mapa que, com alguma fidelidade, traça as fronteiras entre o "do lugar" e o "de fora". Trezentos e treze proprietários indicaram o próprio *bairro*; 225 indicaram algum endereço da *cidade* de São Luis do Paraitinga; 3 mencionaram Lagoinha, nenhum Catuçaba; 108, Taubaté; 26, outras cidades do Vale; 6 pessoas, Ubatuba; 33, São Paulo e apenas 3, outras cidades de São Paulo.
É importante notar que se o número de proprietários rurais com endereço em Taubaté é muito elevado, isto não significa que eles são todos moradores de lá que compram terra em São Luis. Significa, ao contrário, que muitos luizences taubatearam. (Dados de pesquisa pessoal em São Luis do Paraitinga)

4. *As esferas das trocas*

Na prática, o sistema de nominação e reconhecimento distribui em pelo menos, três círculos diferentes aqueles a quem o possuir a terra, ou o "mexer" com ela, aproxima. No primeiro círculo convivem tipos de pessoas que entre si estabelecem relações de parentesco, de vizinhança, de vínculo profissional, religioso, lúdico e outros, ou, no limite, de sentimentos de compartirem um mesmo mundo de vida e trabalho. Sujeitos cujo limiar de prática econômica vai do trabalhador *diarista* ao *criador* não-morador, mas residente, pelo menos, em Catuçaba. Pessoas que se encontram e, entre serviços e afeições, trocam, umas através das outras, os produtos, os gestos e os significados que fazem a cultura reconhecida como "do lugar". Aqueles a quem Clifford Geertez chamou de consócios [11]. Próximos porque se relacionam e, ainda que sejam, uns *patrões* e, outros *empregados*, relacionam-se não apenas porque compartem um mesmo destino regido pela inserção em uma mesma prática econômica, mas porque compartilham, também, um mesmo mundo de vida, cujas fronteiras são visíveis e remetem aos lugares e nomes conhecidos de todos. Limites que vão do interior de uma mesma casa — o lugar da família nuclear camponesa — às casas de um mesmo sítio ou, e principalmente, de uma mesma fazenda; delas ao perímetro nunca traçado, mas sempre sabido de todos, de um mesmo bairro; do bairro a uma área de bairros próximos. que o lavrador de Catuçaba viaja a pé ou a cavalo; de bairros que se tocam aos bairros até onde se vai, mesmo quando distantes; da trama dos bairros a Catuçaba, um pequeno lugar-pólo, porque, daí em diante, na direção de São Luis do Parai-

11 Cito Clifford Geetz; "*Consócios* são indivíduos que se encontram realmente, pessoas que se encontram umas com as outras em qualquer lugar no curso da vida cotidiana. Eles compartilham assim, embora breve ou superficialmente, de uma comunidade não apenas no tempo, mas também no espaço. Eles estão envolvidos na biografia um do outro, pelo menos em caráter mínimo; eles 'envelhecem juntos', pelo menos momentaneamente, interagindo direta e pessoalmente como egos, sujeitos, individualidades" (1978:230).
Consócios são diferentes, para Geertz, de *contemporâneos*, que partilham uma comunidade no tempo, mas não no espaço ("eles se ligam não através de uma interação social direta, mas através de um conjunto generalizado de pressupostos formulados simbolicamente — isto é, culturalmente — sobre modos típicos de comportamento um do outro" pg. 231). *Contemporâneos* seriam, em Catuçaba, o sitiante lavrador e um vizinho, grande fazendeiro forâneo e ausente, que muito raramente vai sequer à sua fazenda.

tinga e, mais ainda, de Taubaté, assim como na direção de Ubatuba, as pessoas oscilam entre serem ainda do círculo da convivência e já estarem no círculo da referência, mesmo quando parentes, mesmo quando familiares.

No segundo círculo estão os sujeitos que traçam a fronteira entre o mundo "do lugar" e o "de fora". Familiares migrantes que retornam a Catuçaba ou ao bairro, todas as semanas ou apenas por ocasião de festas coletivas e/ou familiares. Proprietários ausentes, moradores em São Luis ou em Taubaté, que retornam à região com relativa freqüência e mantêm relações de trabalho e convivência consideradas como mais raras do que cotidianas e mais esporádicas do que freqüentes. De acordo com a maneira como cada pessoa habita este segundo círculo, ela será considerada como "de Catuçaba"' ou "de fora". Assim, um familiar continua sendo "daqui", mesmo quando mudou há anos para São Paulo e retorna à vila apenas na Festa de São Pedro e no Natal. Ao contrário, um "dono de chácara", morador em São Paulo, será um sujeito "de fora", mesmo que esteja no "seu sítio" todas as semanas.

Finalmente, em um terceiro círculo estão aqueles a quem a posse da terra ou o interesse de negócios com os produtos da terra, os ligam à região. Distantes, porque "não são daqui" e "não vivem aqui", são ainda mais distantes porque provêm de esferas de poder, de riqueza e de *ethos* que transitam entre estranhos e hostis aos seus equivalentes locais. Tais pessoas são percebidas como propriamente "os ricos", ou como os seus emissários: fazendeiros ou administradores forâneos de grandes propriedades; negociantes ou enviados de negociantes de produtos que vão do feijão ao leite; autoridades governamentais cujas agências estão além de São Luis do Paraitinga.

A vida cotidiana do lavrador de Catuçaba oscila entre o *trabalho* e o *negócio*. No Alto Paraíba se mescla em uma só a pessoa que "negoceia" os bens da terra com a pessoa que trabalha com ela. O mais importante será, por certo, o fato de que, como disse algumas linhas acima, o lavrador da região define-se como um trabalhador que vive também "de negócio". Alguém que "faz negócio", ainda que não se perceba como um *negociante,* sequer como um *comerciante,* a não ser que, como alguns donos de *terreno* em Catuçaba, seja também "dono de venda" ou, como poucos, um pequeno negociante local: um *comprador*.

No limite mais próximo daqueles que lidam com produtos como mercadorias está, portanto, o *lavrador* do lugar. Não o puro empre-

gado, porque não se considera a venda da força de trabalho como a de uma mercadoria; porque, também, não se considera que aquele que compra bens de subsistência, em troca do dinheiro obtido com o puro trabalho, esteja realizando *um negócio*, mesmo que esteja em uma relação *de comércio*. Mas é preciso antecipar aqui dados de momentos subseqüentes e dizer que são raros os empregados exclusivos, porque quase todo o *camarada* é, no mínimo, também um *meeiro* e, no máximo, também um *sitiante*. Por outro lado, é necessário antecipar ainda a evidência de que, a não ser nos limites da quase indigência, nenhum lavrador de Catuçaba planta "a sua roça" pensando apenas em produzir a subsistência familiar. A obtenção sazonal de excedentes para mercado local associa por antecipação o trabalho ao negócio, a tal ponto que uma safra de feijão ou milho que não converteu uma parte em mercadoria e, portanto, "só deu pro gasto", é uma colheita frustrada que deixou o lavrador não realizado em pelo menos uma fração importante da razão do seu trabalho.

Meeiros, arrendatários e sitiantes são agricultores que negociam sazonalmente e se percebem, entre uma colheita e outra, como produtores em uma troca constante que recorta o trabalho e o sentido do trabalho, porque é parte de sua substância e condição de sua reprodução. Em contrapartida, *criadores* de gado de corte e, principalmente, *criadores* de gado de leite, são essencialmente produtores *negociantes*. Mesmo no pasto, o gado — fora aquele que se reserva para "esmola" nas festas votivas, ou aquele que o fazendeiro "dá" aos filhos, em geral às filhas — é percebido como mercadoria realizada: a) porque produz diariamente o leite que diariamente se vende e mensalmente é pago; b) porque pode ser vendido a qualquer momento e pago à vista, ou a prazos curtos.

Sazonalmente um, continuamente o outro — esta é também uma importante diferença entre ambos — o *sitiante* e o *fazendeiro*, o *lavrador* e o *criador*, são percebidos como homens do trabalho que negociam.

Todos os pequenos *comerciantes* das "vendas" e "bares" de Catuçaba foram, ou são ainda, donos de terra. Vivem na cidade e se reconhecem e são definidos pelos outros, como sujeitos a meio caminho entre o ser "da roça" e o da cidade: ex-sitiantes comerciantes; fazendeiros que negociam; "donos de bar" que "puxam leite" (transportam o leite dos bairros para o caminhão da "Cooperativa" de Taubaté) e "negoceiam com feijão"; arrendatários que "mexem com compra-e-venda de gado". Pessoas que aos poucos deixam de

viver do trabalho com a terra e passam a viver do puro negócio com os seus produtos: *comerciantes* (os que vendem o que "vem de fora" para os "do lugar", ou *negociantes* (os que compram, principalmente, o que é "do lugar" para vender adiante, "fora", no Vale).

Mas os verdadeiros homens de negócio estão fora. A respeito de alguns há histórias e mitos. O dono do Expresso Atlântico, uma das principais empresas de ônibus interurbanos do Vale do Paraíba, começou "comprando porco em Catuçaba pra vender em Taubaté". Compradores por atacado de feijão e, principalmente, de gado, estes são os *negociantes*, os sujeitos que fazem a ponta da meada entre o produto e a mercadoria, entre o boi e a carne. Aos que "lidam" especificamente com a compra de "gado de corte" se dá em Catuçaba o nome de "marchante", "marciante" (mais freqüente).

> É aquele *marciante* de Taubaté aí. Um *comprador* de gado. Eu até não tô conhecendo ele aí, mas já vi gente falar nele. É um *marciante*; ele compra daqui do senhor e leva pro matador e lá ele vende direto pro matador, pra consumo.
> (lavrador arrendatário e eventualmente boiadeiro, morador de Catuçaba)

Aqui o ciclo se completa. Ele começa com sujeitos vistos como homens do trabalho e sem a terra, e termina com sujeitos vistos como homens de fora "do lugar", fora do trabalho e apropriadores dos produtos da terra realizados como mercadorias do Alto Paraíba: o feijão, o milho, o leite e a carne. No item seguinte será preciso misturar aquilo que aqui aparece separado e reforçar a idéia de que as pessoas, ao mesmo tempo em que são, em essência, uma categoria, como o *sitiante*, são, na existência real, o modo como combinam algumas ou várias delas: o sitiante lavrador que arrenda terra quando pode, vende força de trabalho quando precisa, negocia quando colhe e "lida com gado" quando há tempo.

Simplificadas as relações entre todas as categorias de sujeitos que o sistema de nominação dos camponeses de Catuçaba reconhece, elas poderiam ser reunidas da seguinte maneira:[12]

---

12 Com minúsculas ou entre parênteses, escrevo as expressões e categorias não conhecidas ou não incorporadas ao vocabulário das pessoas de Catuçaba. Em maiúsculas e em itálico, os nomes atribuídos pelas pessoas do lugar aos tipos de sujeitos considerados, essencialmente, como "do lugar". Em itálico, sem grifos, escrevo os nomes dos tipos de pessoas consideradas como, essencialmente, "de fora", muito embora algumas delas possam ser percebidas como vivendo em e sendo de Catuçaba.

limite da propriedade
familiar
limite da propriedade/apropriação
apropriação capitalista
Limite do trabalho familiar
+ trabalho rural direto
+ trabalho rural direto
+ trabalho rural direto
— não-trabalho
rural direto
— não-trabalho
rural direto
— sem posse e uso da
terra
± sem posse e com uso
da terra
+ com posse da terra
+ com posse da
terra
— sem posse da
terra
(trabalhador rural)
(parceiro rural)
(proprietário rural)
(proprietário
rural)
(apropriador de
produtos rurais)
administrador
de fazenda
dono de sítio
dono de chácara
lavoura
pecuária
lavoura
pecuária
lavoura
pecuária
pecuária
agricultura/
pecuária
Camarada
Retireiro
Arrendatário
Sitiante
Fazendeiro
Fazendeiro
Fazendeiro
Comerciante
Diarista
Boiadeiro
Lavrador
Criador
Lavrador
Criador
Criador "Fazendeirão"
Negociante
"Marciante"
Meeiro
Agregado
Colono
(não agregado)
Morador
Ausente
Ausente
Limite do ser "do lugar"
limite do ser "de fora"

5. *Variação e diferença: a ordem da lógica*

Ao contrário do que às vezes parece acontecer em áreas de agricultura capitalista e modernizada, nada mais dinâmico e variável do que os sistemas de relações e nominação de categorias de sujeitos através do trabalho, nas regiões de campesinato tradicional. Sem saírem do lugar — como costuma acontecer no destino do lavrador volante de São Paulo que, muitas vezes, é primeiro um migrante para ser depois um "bóia-fria" —, as pessoas de Catuçaba foram antes o que reconhecem não serem mais e, a cada momento, são uma combinação provisória de nomes e condições do trabalho em uma só pessoa; ou melhor, um momento da vida de uma pessoa.

> Eu comecei a lidar com porco no tempo do meu pai. Meu pai só lidava com porco (não criava gado). Papai tinha um terreno grande. O terreno nosso era lá em cima, onde é a capela de Santa Filomena. Tudo aquilo lá era do meu pai. Lá, o pasto de porco nosso era de 2 alqueires. Tinha 2 alqueires só de pasto. Então ali o papai tinha a porcada dele e os agregados, os colonos dele tudo tinha porco ali: um tinha 4, o outro tinha 5, o outro tinha 10, tudo naquela curralama.

Quem fala é um *lavrador aposentado, arrendatário* de pequenas roças, pobre. Ele foi filho de *sitiante* abastado e, antes de passar de uma condição a outra, foi *sitiante* também. Sua história é corriqueira. Um proprietário a meio caminho entre *fazendeiro* e *sitiante* mede as terras dos ascendentes:

> O meu avô teve todos aqueles altos lá. Foi do meu avô, esse sítio aqui [o seu], o Rincão, o Cantagalo [fazendas conhecidas]. Esse terreno da Cida, o terreno do Josias, o terreno do Adésio, o terreno do Lisboa, do Joaquim Pito, do patrão do Cacildo e do Lauro. Era tudo dele. E a metade da fazenda do Bento, lá em cima, tudo foi do meu avô. Tudo uma fazenda só. Mas esse aqui [aponta uma direção] não foi dele. A divisa dele passa ali. Pra lá era dele.

Nos dias de agora, para as pessoas "do lugar" a lógica dos nomes e suas verificações não reconhece mais a possibilidade de mudanças consideradas como ascendentes. *Sitiantes* foram *fazendeiros* e *camaradas* foram *sitiantes*. A trajetória oposta, possível para quem "vem de fora", não se realiza mais na pessoa do "homem da roça" local. Os "daqui" transitam da propriedade para a pequena propriedade, da pequena propriedade para o uso da terra e do seu uso para o

puro trabalho. Saindo "daqui" para "fora" — o que se percebe como passando da exceção à regra, muito depressa —, migram não só do bairro para Catuçaba e de Catuçaba para Taubaté, mas, correspondentemente, do trabalho para o negócio (os mais velhos) ou do trabalho para o emprego (os mais jovens).

Mas não é apenas esta variação remota ou próxima no tempo que atinge tanto a história da família quanto a biografia do sujeito, aquilo que provoca a imagem coletiva de que tudo está sempre mudando e aquilo que muda se rearticula e muda para pior como a própria natureza e a ordem das trocas entre os homens e ela.

Ao longo de um ano, por exemplo, cada estação da biografia do produtor rural é percebida, principalmente, para os casos de *sitiante* para baixo:

1.º como uma necessária combinação de categorias que se realizam em uma pessoa através do trabalho;

2.º como uma contínua variação — com ritmos diferentes de sujeito para sujeito — entre categorias de nomes e relações, o que faz com que um *lavrador* se reconheça, em um mesmo ano, vivendo situações sociais e simbólicas diferentes através do trabalho e do uso dos bens do seu trabalho.

Assim, seja ao longo do tempo de vida, seja em um momento sazonal dela — como o período de "planta do feijão das águas" —, lavradores e criadores de Catuçaba definem-se a si próprios e aos outros como tipos de produtores múltiplos e sujeitos variáveis, uns em função dos outros e todos através das relações de trabalho que tornam significativo o ser de cada um. Ser sempre apenas "uma coisa só" e definir-se apenas através dela é a exceção. Por isso mesmo, de um lado, *ser lavrador* qualifica e subordina: "este ano eu estou plantando uma roça de milho no arrendo com o Júlio e também tô trabalhando de camarada na fazenda dos Emboabas". De outro lado, esta condição e suas variações sazonais atualizam o reconhecer-se *lavrador*. As articulações, evidentemente, se equivalem e constroem, em cada tipo básico de sujeito, a trama de suas combinações possíveis:

a) *Fazendeiros criadores* são também *comerciantes* locais e/ou *negociantes* regionais (vendem o seu gado ou compram gado e feijão para vender em Taubaté);

b) *Sitiantes* podem ser também *comerciantes* e podem ser também *negociantes*, ou melhor, são lavradores que "negociam", principalmente, os produtos do trabalho familiar;

c) *Sitiantes* — raramente pequenos fazendeiros, nunca médios fazendeiros — são, com freqüência, também, *arrendatários* e/ou *meeeiros* em terras vizinhas ou não, de outros sitiantes e, sobretudo, de fazendeiros que dão terra "no arrendo" ou "na meia".

d) *sitiantes*, também, com freqüência e sazonalmente, são *camaradas*, não raro empregando na lavoura em "terra alheia" parte da força familiar de trabalho, ao mesmo tempo em que a aplicam em suas terras;

e) *lavradores arrendatários* e/ou *meeiros* exercem, igualmente, atividades de *negócio* e o possuírem o que "negociar de seu" é o que os separa, substancialmente, do puro *empregado* e os aproxima do *sitiante*;

f) mais do que os *sitiantes*, *arrendatários* e, sobretudo, *meeiros*, são também *camaradas* e, com freqüência, *empregados de patrões* em cujas terras cultivam suas lavouras;

g) ser apenas um *empregado* e não se requalificar pelo menos como um *meeiro*, é uma exceção, já que até mesmo velhos lavradores — muitos deles ex-sitiantes — "aposentados pelo FUNRURAL'", freqüentemente, "tocam uma rocinha na meia" ainda que, funcionalmente, se apresentem como "lavrador aposentado'".

Ao final destas observações a respeito de como as pessoas de Catuçaba nominam e simbolicamente articulam os homens da terra, um último desenho poderia ser feito. Sua utilidade será a de dar movimento ao da página 132 e traduzir a idéia de que um mesmo sistema de nominação distribui tipos de sujeitos ligados ao trabalho agro-pastoril, combinando dimensões diferentes segundo o modo como eles se distribuem ao longo de escalas de opostos que dizem o que cada sujeito *é* e *faz*, frente aos outros. Assim, há uma oposição entre trabalhar sem possuir os meios de produção *versus* possuir os meios de produção sem trabalhar; outra, menos marcada, mas igualmente importante, entre criar gado sem lavoura *versus* dedicar-se à lavoura sem criar gado; uma terceira, entre morar no local de trabalho sem possuí-lo *versus* ser o dono dele sem morar ali; uma última, entre ser reconhecido como "do lugar" versus ser "de fora". Corro o risco de sobrepor algumas categorias que, necessariamente, aparecem em mais de uma escala de diferenciação. Por outro lado, deixo, principalmente nos dois quadrantes à esquerda os sujeitos mais ativamente identificados como "no trabalho", "pobres", "moradores" e "do lugar". Estes são os que se reconhecem como tipos culturais que atualizam o modo de ser e viver a vida cotidiana de Catuçaba e seus bairros. Principalmente nos dois quadrantes à direita, distribuo tipos de sujeitos, entre o *fazendeiro* e o puro *negociante-comprador*, per-

cebidos como "fora do trabalho", "ricos", "ausentes" e "de fora", à medida em que se afastam do eixo central para a extremidade.

BIBLIOGRAIA

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os Caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

FOSTER, George M. Peasant society and the image of limited good. *American Anthropologist*, 67: 293-313, 1965.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983.

FUKUI, Lia. *Sertão e Bairro Rural*. São Paulo: Ática, 1979.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HERÉDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KENNEDY, John G. Peasant society and the image of limited good: a critique. *American Anthropologist*, 68: 1212-1225, 1966.

LEWIS, Oscar. *Five Families: Mexican Case Studies in the Culture of Poverty*. Nova Iorque: Basic Books, 1959.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *O Campesinato Brasileiro e Bairros Rurais Paulistas*. São Paulo/Petrópolis: EDUSP/Vozes, 1973.

SHIRLEY, Robert W. *O Fim de uma Tradição*. São Paulo: *Perspectiva*, 1971.

WILLEMS, Emílio. *Cunha: Tradição e Transição em uma Cultura do Brasil*. São Paulo: Secretaria de Agricultura do Estado, 1947.

ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo*. São São Paulo: Itatiaia, 1975.

SER "DO LUGAR"
GADO SEM LAVOURA
POSSUIR SEM MORAR
grande pecuarista
criador
caipira
ausente (em outras cidades)
roceiro
sertanejo
criador/ lavrador
ausente (em São Luís)
sitiante
fazendeiro (dono)
MEIOS DE PRODUÇÃO SEM O TRABALHO
fazendeiro (dono)
"fazendeirão" (patrão)
negociante
TRABALHO SEM OS MEIOS DE PRODUÇÃO
camarada-meeiro-arrendatário-sitiante
lavrador/ criador
fazendeiro (patrão)
morador (em Catuçaba)
lavrador (dono)
"dono de sítio"
morador (no local)
lavrador (parceiro)
"fazendeirão"
agregado
colono
MORAR SEM POSSUIR
LAVOURA SEM GADO
SER "DE FORA"